

# Líderes iniciam diálogo para votar projetos

Tarcísio Holanda

O Congresso vive uma semana de intensa negociação em torno da aprovação do Orçamento da União para 1993 (dentro de oito dias, segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Messias Góes), da votação dos projetos sobre proteção à propriedade industrial e licitações e concorrências pública e o envio ou não pelo Governo, do texto definitivo do projeto de lei complementar regulamentando o IPMF.

O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, reúne o colégio de líderes, às 10h de hoje, para decidir sobre novo requerimento de urgência a fim de apressar a votação do projeto de marcas e patentes. As 14h de hoje, o plenário da Câmara transforma-se em Comissão Geral para debater o substitutivo Ney Lopes (PFL-RN) sobre proteção à propriedade industrial com representantes da CNI, Fiesp, Abipina, SBPC, INPI, Interfarma e com membros da ABPI, para debater o projeto de marcas e patentes.

**Entendimento** — Espera-se que, da reunião do Colégio de Líderes com o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira, surja um entendimento em torno da votação de novo requerimento de urgência urgentíssima, a fim de apressar a votação, em plenário, do projeto de proteção à propriedade industrial.

A disposição dos líderes de bancadas, segundo revelou o líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), é a de colocar em votação o substitutivo Ney Lopes com emendas destinadas a aperfeiçoar a proposta apresentada pelo deputado pefelista potiguar, que sofreu críticas até de setores conservadores do Con-

JEFFERSON PINHEIRO



Messias Góes: dentro de oito dias o Orçamento será votado, enfim

gresso.

Em face da verdadeira controvérsia que o substitutivo de Ney Lopes tem suscitado nos meios científicos, técnicos, empresariais e políticos o presidente Inocêncio de Oliveira decidiu promover um amplo debate sobre proteção à propriedade industrial com representantes da comunidade científica, da indústria, dos advogados ligados ao setor de marcas e patentes, os técnicos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), além de representantes da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), da indústria de química fina (Abifina) e da indústria farmacêutica (a Interfarma).

O debate contará com a participação dos líderes de bancadas no Congresso, interessados em encontrar consenso a respeito de algumas alterações no substitutivo Ney Lopes. As discussões estarão abertas à participação de todos os parlamentares e dos representantes das entidades convidadas.

Outro projeto importante que está incluído para votação amanhã ou quinta-feira é o que estabelece normas severas para licitação e concorrência públicas,

com o objetivo de eliminar as facilidades de tráfico de influência e corrupção neste setor. O parecer do senador Pedro Simão, aprovado no Senado, está sendo considerado demasiadamente rigoroso por parcela expressiva de deputados e de empresários.

Quanto ao projeto de lei complementar que regulamenta a cobrança do IPMF, o imposto sobre cheque, a expectativa do líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), é a de que o Palácio do Planalto o envie ao Congresso hoje ou amanhã.

Dentro do governo parece não haver unidade em relação a este novo tributo. É notório que o novo ministro da Fazenda, Eliseu Resende, o ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, e o advogado-geral da União, José de Castro, não têm simpatia pelo envio de projeto de lei complementar regulamentando o IPMF, julgando que a receita dele proveniente não justifica os desgastes que o Governo terá de assumir fatalmente, perante a sociedade, com a sua criação.

O líder Roberto Freire não admite a hipótese de um recuo

do governo nessa matéria, depois que suas lideranças foram obrigadas a enfrentar o poderoso sistema de pressões montado sobre o Congresso pelos empresários. O deputado pernambucano já admitiu a hipótese de abandonar a liderança se o governo desistir de enviar o projeto.

**Orçamento** — O orçamento deste ano será votado pelo plenário do Congresso dentro de oito dias, segundo garantiu, ontem, o presidente da Comissão Mista, Messias Góes, defendendo as opções feitas pela comissão, na votação que procedeu de sexta-feira para sábado, das críticas que têm sido formuladas contra suas decisões.

“As críticas poderiam ter fundamento se 65 por cento do orçamento não estivesse comprometido com as dívidas interna e externa e 23 por cento, aproximadamente, com o pagamento da folha de pessoal. Neste sentido, é forçoso admitir que a área de manobra da Comissão Mista de Orçamento e do próprio Congresso ficou consideravelmente reduzida por essa dramática realidade”, explicou Góes.

Supondo um aumento da receita em cerca de oito bilhões de dólares, a Comissão Mista acrescentou recursos para custear a construção da Linha Vermelha, do Rio de Janeiro, um ambicioso programa de irrigação no Centro-Oeste, quase dois bilhões de dólares para construção e conservação de rodovias e mais de dois bilhões de dólares para saneamento básico, além de um trilhão e 700 bilhões para o novo Ministério de Integração Regional.

A proposta do Executivo destinava Cr\$ 4,2 trilhões para saneamento básico e a comissão aprovou um acréscimo de Cr\$ 4,6 trilhões para empreendimentos nessa área. No último dia (sexta-feira passada) reservamos Cr\$ 500 bilhões para serem divididos entre os ministérios dos Transportes, da Integração Regional e da Ação Social.